

### ATA Nº3

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 28 de fevereiro de 2014.** -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e pelo senhor Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 25/10/2013; 26/11/2013 e 27/12/2013;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, DO ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;** -----

----- **PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA – PARCELA B;** -----

----- **PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE VAGOS;** -----

----- **PONTO CINCO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA NOMEAÇÃO DE REVISOR EXTERNO – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS;**

----- **PONTO SEIS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- **PONTO SETE – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.** -----

----- **PONTO OITO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS. --**

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, Maria da Graça Matias Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Ana Paula Mourão Branco, Manuel José Ferreira Bogalho, Diana Marques Santos, Óscar Ferreira Pascoal e Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, eleitos na lista do CDS-PP. -----

----- António Carlos da Cruz Maia e Carla Filipa Ferreira Gouveia eleitos na lista do PS. -----

----- Iguualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de freguesia de Ouca; Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Apresentou pedido de substituição o senhor deputado Amílcar de Oliveira Raimundo, presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos, representado pela senhora Rosa Conceição Martins e Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, representado pelo senhor Cláudio André Curto. -----

----- Faltou ao início da presente sessão a senhora deputada Maria da Graça Matias Gadelho. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores deputados Mário Batista Tarenta e Hermes Jorge Rodrigues Fernandes. -----

----- Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhor João Paulo Sousa Gonçalves, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcínia Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques e senhor João Manuel da Cruz Domingues. -----

----- **A – Apreciação e votação das atas das sessões de 25/10/2013; 26/11/2013 e 27/12/2013.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal informou os presentes de que dado que as atas das reuniões anteriores não estão ainda verificadas e corrigidas e, portanto, não serão alvo de apreciação e votação nesta sessão. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 30 de dezembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, do anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica as faltas dadas pelos senhores deputados Mário Batista Tarenta e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António, à sessão de 27 de dezembro de 2013. -----

-

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- Pediu e usou da palavra o senhor deputado César Grave para saber o ponto de situação da estação elevatória das Mesas, isto é, se vai funcionar ou sofrer alguma alteração na sua localização. ----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e questionou o senhor presidente da câmara relativamente aos cedros e ao passeio público junto à escola da Carregosa, ou seja, se alguma coisa foi feita. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia para solicitar um esclarecimento relativo ao serviço de finanças de Vagos. De acordo com a senhora deputada, e pelas notícias que têm vindo a público, *“prevê-se que o serviço fique apenas com o serviço mínimo. Tenha a responsabilidade quem a tiver esta opção é justificável tratando-se de um serviço que frequentemente está lotado de gente. É incontornável, nós sabemos, é uma decisão nacional mas qual é a posição da câmara nesta matéria? Sobre a política levada a cabo pelo governo PSD/CDS qual é repercussão dessa mesma política dessas mesmas medidas no nosso concelho? Onde irão os contribuintes para tratar das valências perdidas em Vagos? Se é uma situação definitiva? O que irá acontecer aos trabalhadores das finanças? Se são recolocados, se ficam em regime de mobilidade, se são despedidos por extinção de posto de trabalho? Em relação ao serviço da conservatória se irá também encerrar ou ficar com serviços mínimos? O serviço da segurança social, que já é mínimo, o serviço do cartório também se irá perder o que lhe acontecerá? Denunciamos esta cooperação justificando de forma inaceitável o que o governo está a fazer por todo o país retirando estas valências dos serviços públicos dos concelhos que é de facto prejudicial para todos nós e não é de facto uma política de aproximar os serviços públicos ao cidadão. Nós só colocamos duas questões então: na perspetiva do contribuinte saber se no atendimento o funcionário terá competência de tratar de todas as valências ou apenas algumas? E quais são as garantias para os trabalhadores?”* -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal para perguntar em que ponto se encontra as obras da biblioteca municipal e do centro escolar de Fonte de Angeão. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e questionou o senhor presidente da câmara municipal sobre a piscina municipal, o que é que aconteceu, uma vez que há pouca informação sobre o assunto. Entretanto, fez referência ao conselho municipal da juventude, isto é, quis saber porque é que o regulamento não veio a discussão e aprovação desta assembleia, uma vez que está pronto há bastante tempo. Referiu-se, também, às obras da biblioteca municipal porque aparentemente é uma obra que está pronta e não se vêem desenvolvimentos. Fala-se muita coisa, por aí, tais como: dizer-se que a câmara deve dinheiro ao empreiteiro, dizer-se que não há dinheiro para comprar equipamentos e o senhor deputado gostava de saber até que ponto esses comentários são verdadeiros e qual é a real situação em relação a esta obra. Voltou a referir a situação das estradas da zona sul do concelho de Vagos e deixar um apelo ao executivo *“para que se apurem responsabilidades sobre a situação em que se encontram as estradas mais propriamente na questão dos trabalhos mal executados na reposição de pavimentos.”* Entretanto, quis deixar uma referência positiva em relação ao excelente trabalho que está a ser feito no concelho de Vagos, em pouco mais de quatro meses, na questão do desenvolvimento económico, mais propriamente pelo senhor vice-presidente, o Eng.º João Paulo, que se tem dedicado de uma forma incansável, e o senhor deputado diz isto porque tem acompanhado e sabe, à resolução dos problemas dos empresários e das pessoas que pretendem investir no concelho de Vagos. Continuando, o senhor deputado referiu que iria abordar uma questão,

que tinha prometido não falar nela, mas, tem de o fazer, e que tem a ver com a eleição dos representantes da assembleia municipal na assembleia intermunicipal da CIRA. O senhor Juan Carlos falou na defesa dos deputados do PSD e referiu que *“pelo respeito que temos por esta assembleia e pelo povo de Vagos é-me de todo impossível calar esta situação porque têm-se dito barbaridades, coisas fantásticas e eu passo a dizer aquilo que eu penso e faço um desafio. Ao contrário dos deputados do PS, que tiveram a humildade, mais propriamente no Dr. Mário Tarenta, que teve a humildade, de reconhecer aqui nesta câmara que não se tinha preparado para o assunto em questão, mesmo assim tentou uma solução que favorecesse o PS, os deputados do CDS, e eu peço desde já desculpa à maioria dos deputados do CDS porque eu penso, e aquilo que eu já ouvi, não se revêem nesta situação. Os deputados do CDS na pessoa do senhor deputado César Grave, fazendo aproveitamento e colando-se à situação do PS, disse e acusa o PSD e eu passo a dizer exatamente uma das coisas que me fez intervir nesta assembleia que é enganar toda agente, entre outras coisas, claro, com agravante de aproveitar o espaço que lhe cabe na rádio. Pois, senhor deputado, e eu peço desculpas por não estar de frente, porque eu gosto de muito de falar para as pessoas a olhá-los de frente, ao contrário de sua excelência o PSD não engana ninguém e está aqui para trabalhar, como já tenho dito, e para responder ao povo de Vagos e para respeitar os procedimentos e regras democráticas desta assembleia e dos regulamentos a que estamos sujeitos. Correndo o risco do senhor ficar com a mancha de ter enganado o povo de Vagos e utilizando a expressão que o senhor utilizou e de falta de honestidade política pedia que respondesse objetivamente a algumas questões que eu tenho: 1ª) É ou não é verdade que receberam a documentação atempadamente e nas datas regulamentares? 2ª) É ou não é verdade que os senhores não prepararam nem estudaram o assunto? 3ª) É ou não é verdade que no artigo 13º, nº2 dos estatutos da CIRA que refere que os representantes da assembleia municipal são eleitos mediante apresentação de listas, e no seu nº3 diz que os mandatos são atribuídos em cada assembleia municipal segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt? 4ª) É ou não é verdade que ninguém dos senhores propôs qualquer tipo de acordo de constituição de listas? 5ª) É ou não é verdade que o senhor presidente da assembleia municipal, com acordo dos partidos, abriu um período para a constituição de listas e que os senhores não apresentaram, tendo até o senhor deputado Filipe Mendonça feito a proposta nessa altura à bancada não obtendo qualquer resposta? E para terminar e não me pronunciar mais neste assunto pedia o maior respeito pela CPCJ não utilizando esta instituição para fins políticos. Deixo uma certeza: que o grupo do PSD está a fazer o seu trabalho respondendo sempre ao povo de Vagos.”* -----

----- Terminadas as intervenções usou da palavra o senhor presidente da assembleia municipal para, e não querendo substituir o senhor presidente da câmara, que responderá às questões levantadas, dizer apenas que faz parte daquilo que são as suas competências, enquanto responsável pela organização da ordem de trabalhos, que a proposta de regulamento municipal da juventude não veio a esta sessão porque se entendeu que o excesso de pontos acabaria por prejudicar a boa discussão da proposta de regulamento. Assim sendo, virá a uma assembleia municipal com menos pontos para que possa ser amplamente discutido pelos senhores deputados. A responsabilidade por não estar aqui, hoje, a proposta do regulamento do conselho municipal de juventude é única e exclusivamente do senhor

presidente da mesa. De seguida passou a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados que usaram da palavra. -----

----- O senhor presidente da câmara deu, então, início ao período de esclarecimentos, começando por referir que a senhora vereadora Dulcília Sereno não está, ainda, presente na sessão, porque se encontra numa conferência da CIRA a representar a câmara municipal e, portanto, virá mais tarde. Relativamente às questões levantadas cumpre ao senhor presidente informar de que em relação à estação elevatória de Mesas esta foi instalada naquele sítio após parecer técnico: técnicos da câmara municipal, da ADRA e com o parecer positivo do presidente da junta, de então, de Santa Catarina, senhor Cláudio Curto. Essa localização foi escolhida por estar perto de uma linha de água, obviamente é uma condição sinédoque para estar instalado um equipamento deste género, porque terá de ter um *bypass* de segurança caso falhem os dois mecanismos, que funciona com o sistema de *backup* e que, em princípio, não trará qualquer tipo de problemas. Por outro lado, o próprio reservatório dessa estação elevatória é o suficiente para aguentar os efluentes daquelas cerca de catorze casas que são servidas pela estação elevatória durante vários dias. Portanto, mesmo que eventualmente um problema surgisse da parte mecânica da ETAR ter-se-á reservatório para aguentar vários dias até estar completamente cheio. De todas as formas o *bypass* de segurança que existe está para lá da fonte e, portanto, não afetaria, ou melhor, não contaminaria a água da fonte, sendo esta a informação dada pelo atual secretário da junta de freguesia, ao contrário do que foi dito pelos senhores vereadores. De qualquer modo o executivo esteve no local inteirou-se do assunto, a senhora vereadora tomou o assunto em mãos e a conclusão a que se chegou foi precisamente esta, para além do facto de se estar condicionado porque a obra já estava executada. Se a obra não estivesse executada “*outro galo poderia cantar*” mas a obra já estava executada e isso iria causar um constrangimento total relativamente a qualquer alteração que se pretendesse vir a fazer. Relativamente aos cedros da Carregosa já foi feito o levantamento e na próxima assembleia municipal o senhor presidente terá mais informações para dar, uma vez que não deu tempo, ainda, para reunir com a senhora presidente da junta de freguesia de Ouca e para procurar um consenso para aquela situação. O senhor presidente visitou o local e não tinha a noção da dimensão do problema apesar de ir várias vezes à Carregosa, e deu para ver que terá de haver uma intervenção, em conjunto com a junta de freguesia. Em relação às questões colocadas pela senhora deputada Carla Gouveia o que aconteceu foi que houve uma ideia errada, provavelmente um pouco por culpa do senhor presidente da câmara, relativamente àquilo que realmente aconteceu, fruto da reunião que teve com o senhor secretário de estado. O que se pretendeu fazer nessa reunião foi precisamente alertar para a necessidade que o município de Vagos tem em manter os serviços públicos de proximidade que aqui existem. E, portanto, foi feito esse apelo relativamente ao serviço de finanças, à conservatória do registo predial e civil e à segurança social. No que respeita ao cartório notarial este é privado e estar-se-á sempre dependente da boa vontade da Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Tavares que é a pessoa que tem, neste momento, a concessão para estar no concelho de Vagos. O objetivo da reunião foi alertar o senhor secretário de estado para essa vontade e aquilo que ele transmitiu foi que não existe nenhuma decisão, neste momento, nem para Vagos nem para qualquer outro concelho deste país, e o que está a ser estudado é um serviço que em vez de retirar o serviço de proximidade com o cidadão o aproxime. Esta

ideia está, neste momento, numa fase muito preliminar de estudo e envolve diversos ministérios e diversas secretarias de estado. O concelho de Vagos irá ser abordado através da comunidade intermunicipal, que gere este processo. De acordo com o secretário de estado, pelo menos foi essa a ideia transmitida ao senhor presidente na reunião, o serviço de proximidade estará sempre assegurado podendo haver a deslocação dos serviços de *backoffice*, diga-se assim, para esses de facto serem centralizados. Portanto, o serviço de atendimento, não se sabe qual o nível de decisão que terá, e até o próprio governo não saberá, ou se sabe não o transmitiu, é que poderá vir a ser centralizado. Por outro lado o que parece também uma excelente ideia é que o governo procurará neste processo rentabilizar o património público que tem em todos os concelhos e isso parece de facto uma boa ideia, ou seja, onde existe património não há necessidade de estar a adquirir ou a arrendar espaços e a pagar rendas havendo património disponível. Basicamente é isto que está em cima da mesa, não há qualquer risco relativamente ao encerramento dos serviços de finanças de Vagos, pelo menos risco imediato, não havendo, para já, qualquer decisão do governo nesse sentido e o que o senhor presidente procurou transmitir ao senhor secretário de estado foi a vontade de continuar a manter os serviços de finanças, conservatória e segurança social no concelho de Vagos. E, portanto foi este o âmbito da reunião e espera-se que tenha resultado este ato de sensibilização mas está-se ainda numa fase preliminar e há que ter em conta outro fator que é o memorando de entendimento que terá de ser respeitado e o governo tem sempre de agir tendo em conta este documento, e por isso ter-se-á de aguardar por novos desenvolvimentos. A *Troika* vai-se embora em maio e, por isso, aguarda-se que haja mais margem para se poder decidir com outra pertinência porque de facto não há como negar os credores internacionais acabam por condicionar muito a forma de decisão e por vezes tomam-se decisões menos boas, como a da agregação de freguesias, que hoje é absolutamente consensual que não trouxe qualquer espécie de benefícios ao país nem aos cidadãos. Neste caso, fazer uma reforma destas para não beneficiar é melhor não se mexer em nada. Em resposta às questões do senhor deputado Óscar em relação ao centro escolar de Fonte de Angeão a obra está a decorrer, houve uma prorrogação de prazo que foi aprovada na última reunião de câmara, e esta prorrogação de prazo deveu-se basicamente ao mau tempo que se tem feito sentir no país nos últimos meses. Em relação à biblioteca é um processo bem mais complexo, neste momento, o que aconteceu foi que o empreiteiro entrou num PER - programa especial de revitalização. A câmara não deve dinheiro nenhum ao empreiteiro mas este está numa situação financeira bastante delicada e abandonou a obra. A câmara tem tentado reunir porque os equipamentos que faltam instalar, e basicamente o que falta são equipamentos e não construção, essa parte está totalmente concluída, são da responsabilidade de um subempreiteiro que já instalou metade dos equipamentos só que agora falta a outra parte para que esta possa funcionar. Portanto, faz todo o sentido que seja o subempreiteiro a terminar aquela obra até por causa das questões das garantias. Neste momento, há um desentendimento entre o subempreiteiro e o empreiteiro, por questões financeiras, dívidas do empreiteiro ao subempreiteiro, e a senhora vereadora Sara Caladé tem intermediado este processo entre as duas partes, sendo certo que se não houver uma cedência por parte dos dois, ou pelo menos do empreiteiro que é com quem a câmara tem de negociar em primeiro lugar, ter-se-á de partir para outra situação e tomar posse administrativa da obra que é a hipótese mais

viável, caso não haja entendimento. É um processo delicado, envolve fundos comunitários e, portanto, ter-se-á de procurar levar a obra a bom porto para não perder qualquer financiamento. Entretanto, há cerca de três semanas fez-se um pedido de reprogramação no sentido de obter financiamento para o fundo documental, ou seja, para a aquisição de livros que não estava prevista na candidatura inicial, para os equipamentos e para a parte informática. O pedido de reprogramação feito perto de trezentos mil euros da candidatura para ver se há financiamento para se levar a cabo o que falta. A única coisa positiva, diga-se assim, que este processo teve foi permitir abertura por parte da entidade gestora do PO regional, a MAIS CENTRO, para se puder fazer o pedido de reprogramação da candidatura. Neste momento, existem duas questões pendentes: por um lado o pedido de reprogramação, que se espera vir aprovado, e aproveitou para informar os presentes de que esta semana o município foi brindado com uma boa nova, ou seja, houve uma reprogramação com base na gestão do centro escolar da Boa Hora e o município foi contemplado com uma verba de cerca de cento e oitenta mil euros mais de financiamento. A câmara reuniu com a entidade gestora, a MAIS CENTRO, colocou algumas dúvidas relativamente ao financiamento, foi detetado, pela câmara, um lapso na análise da candidatura que era a favor da câmara e, portanto, significou esse aumento da parte financiada. Relativamente à piscina municipal o que aconteceu foi que a câmara deu início à atividade normal em setembro e, entretanto, em outubro verificou-se um levantamento dos azulejos. Era um processo que por vezes acontecia, porque o encher o tanque e vazar o tanque fazia com que alguns azulejos levantassem e apercebeu-se que teria de haver ali uma intervenção profunda. Aquele tanque é de 1997, feito na altura do mandato do Dr. Carlos Bento, nunca teve qualquer intervenção deste género. O processo de intervenção foi demorado porque teve de se seguir um código de contratação pública e houve um pequeno problema pelo meio, que entretanto se resolveu com a entidade que ganhou a obra, felizmente foi tudo ultrapassado e, neste momento, a piscina está pronta para abrir, abrindo amanhã dia 01 de março de 2014. Em relação ao desenvolvimento económico no concelho não há nada a dizer, o senhor vice-presidente, e a equipa toda, é uma pessoa que acolhe com gosto esse comentário feito pelo senhor deputado Juan Carlos. Neste plano, embora haja algumas coisa em carteira, do mais concreto que há será um investimento de mais de oito milhões de euros por parte da Ria Blades numa nova nave onde vai instalar alguns moldes que já estão na empresa e outros que estão para chegar. Este novo investimento irá criar mais cento e cinquenta postos de trabalho. Relativamente às estradas da zona sul é outro dos processos complexos, já aqui falado várias vezes, sabe-se que há uma grande dificuldade da ADRA derivado ao processo de candidatura aos fundos comunitários. Entretanto, o senhor presidente intercedeu, durante esta semana, junto do administrador da ADRA que enviou um *e-mail* a referir que também lamentava a situação e que deu instruções ao empreiteiro para fazer diversas reparações solicitadas pela câmara. Existe uma condicionante, além de todas as outras que existem, que prejudica muito que é a questão das condições climáticas mas isso não é desculpa, neste momento, para o empreiteiro. A câmara vai fazer em breve uma reunião na obra com a ADRA, a fiscalização, o empreiteiro e junta de freguesia, principalmente, neste momento, a junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. Há também, neste momento, embora em menor escala, alguns problemas graves na junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e, portanto, irão ser ouvidos os parceiros, uma vez que existem alguns problemas que têm de

ser vistos antes da ADRA ter a receção provisória da obra, porque se assim não for nunca mais serão resolvidos e são graves demais para deixar passar. Um dos problemas, alertado pelo presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, tem a ver com as lamas existentes nas manilhas da rede de águas pluviais da antiga freguesia da Ponte de Vagos. A câmara irá interceder junto da ADRA para que seja dura com o empreiteiro no que diz respeito a este aspeto e a outro, não menos grave, que são as reposições da pavimentação e tentar resolver o máximo de situações possíveis no mínimo espaço de tempo possível. Contudo, convém referir que o tempo também não ajuda nada pois não permite a resolução de algumas questões e por isso terá de se aguardar que venha bom tempo. ----

----- O senhor deputado Juan Carlos Martins pediu para voltar a usar da palavra para solicitar mais um esclarecimento, ou seja, questionou o senhor presidente da câmara relativamente ao tipo de acompanhamento que está a ser feito pela câmara municipal na questão do avanço do mar e do problema da costa. -----

----- Retomou a palavra o senhor presidente da câmara e referiu que este também é um processo que tem causado sérios problemas na rede viária, porque às vezes para beneficiar umas situações prejudica-se outras. Em relação a essa questão tem-se tido, felizmente, no decorrer deste ano, apesar de terem havido algumas intervenções permitidas por força de se ter a POLIS da RIA a trabalhar, um menor impacto, relativamente aos vizinhos, da invasão costeira. O senhor presidente tem procurado, apesar de ter sido neste período contactado por órgãos de comunicação social nacionais, evitar falar dos problemas da Vagueira porque, de facto, os problemas este ano são diminutos e causar alarmismos relativamente a esta situação prejudica mais do que aquilo que beneficia. Portanto, o que se tem feito é muita vigilância, tem-se tido um papel interventivo na área da proteção civil, através de todos os meios interventivos que se podem disponibilizar. Relativamente às obras de maior dimensão elas estão a decorrer com normalidade no que respeita à reposição do cordão dunar, que é uma obra que, neste momento, está em fase bastante avançada entre a praia do Labrego e a praia do Areão. O que está lá construído é uma duna de dimensão considerável, o que não quer dizer, como é óbvio, porque é areia, que ela seja retirada, porque *“se o mar quiser retira-a com facilidade.”* Agora, a reposição de areias no cordão dunar é absolutamente fundamental e o executivo tem a consciência que um dos principais problemas é a falta de areias, porque elas são retiradas por força das drenagens do canal do porto de Aveiro e por força da extensão do molho norte do porto de Aveiro, elas ficam retidas em São Jacinto. Por outro lado as que ficam presas nos rios, sobretudo no rio Douro, é um volume importante e que faz falta nas praias do concelho de Vagos, porque a areia vai e vem, sendo transportada pelas correntes marítimas, e essa será a primeira prioridade no que diz respeito à erosão costeira, se houver deposição de sedimentos, ou se não houver retirada de sedimentos, aquilo que aconteceu durante muitos anos. Há pouco tempo o senhor presidente ouviu uma notícia que lhe custa a acreditar que seja verdade, ou seja, que o porto de Aveiro colocou à venda um lote de areia. O que fez de imediato foi ligar ao presidente da câmara de Ílhavo para começarem a preparar uma posição conjunta, contudo, não foi necessário porque, segundo informações dele, ninguém apareceu para adquirir o lote de areia e, portanto, ela ficou novamente no porto de Aveiro. Mas parece absolutamente irracional, numa altura em que se fala em depositar areias junto à costa, estar a vender areias, não faz sentido, nem que sejam dez metros cúbicos

de areia. Se existe areia para colocar na costa vagueuse não se percebe a decisão e o senhor presidente irá expressar, na devida altura, independentemente do processo ter ido avante ou não, junto de quem de direito a sua indignação relativamente a esse facto. Pode haver uma justificação para essa situação mas terá de ser uma justificação muito profunda e com uma sustentação técnica muito boa para o senhor presidente conseguir compreender esta decisão difícil de entender. A maior preocupação neste processo, nestes últimos dias, foi a sul da defesa aderente e no molho sul da praia da vagueira ter havido algumas cedências. A defesa aderente a sul, junto ao café Neptuno, cedeu cerca de um metro, a câmara chamou a APA, que ainda hoje andou a fazer uma ronda e esteve há pouco tempo reunida com a senhora vereadora Sara Caladé e com o senhor vice-presidente Paulo Sousa, precisamente para tratar deste assunto. A câmara, entretanto, vai avançar com a obra da 2ª fase da requalificação da defesa aderente da praia da Vagueira que já foi aprovada pelo POVT e tem-se até 31 de dezembro deste ano para concluir a empreitada. Contudo, essa empreitada implica que toda a defesa aderente 1ª fase esteja toda nas devidas condições para receber a 2ª fase. Portanto, neste momento, uma das hipóteses que está em cima da mesa é fazer-se a reprogramação financeira junto do POVT desta candidatura para poder conter a requalificação, ou o arranjo, da defesa aderente e do esporão sul da praia da Vagueira. De resto as obras do POLIS estão a avançar. O prolongamento da defesa aderente, que é feita no âmbito do POLIS, junto ao bar Canto da Sereia, irá ser prolongada para evitar aquele trabalho que o mar vem fazendo que é fazer aquele espraier e comer a areia. Resumindo: arranjar a defesa aderente a sul da praia da Vagueira, arranjar o esporão sul da praia da Vagueira, continuar com as obras do POLIS da reposição do cordão dunar e o prolongamento da defesa aderente junto ao bar Canto da Sereia e, por último, levar a cabo o processo que já está adjudicado. Este trabalho da reposição do cordão dunar tem vindo a danificar, de uma forma bastante acelerada, a estrada da praia da Vagueira para a praia do Areão. Eles próprios já fizeram reposições e passado pouco tempo a estrada já estava exatamente na mesma, pois são centenas de camiões por dia que passam com toneladas. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor presidente da câmara municipal prescindiu de expor oralmente a informação. -----

----- O senhor deputado Juan Carlos Martins pediu e usou da palavra para fazer uma pequena análise da informação financeira. Em relação há última informação, de 23 de dezembro de 2013, comparando com esta de 20 de fevereiro de 2014 verifica-se uma redução da dívida bruta, tirando a dívida às IPSS's e outros, de um milhão de euros. O senhor deputado não pode deixar de realçar esta questão, porque houve uma redução da dívida, em cerca de um milhão de euros, num curto espaço de tempo e isto é de louvar. -----

----- O senhor presidente da câmara esclareceu que esta informação não é a dívida total da câmara municipal, como o senhor deputado referiu. Isto é aquilo que tem sido a informação financeira transmitida

à assembleia municipal, a dívida total da câmara, neste momento, rondará os dezasseis milhões de euros, porque inclui a dívida à VAGA SGPS e os subsídios às IPSS's. Mas, de facto, esta é a realidade dos números e a câmara entre a última informação financeira e o final do ano deu execução a muita despesa, porque recebeu fundos comunitários para isso e quando chega o fim do ano as instituições centrais e a entidade gestora, neste caso o IFDR foge à regra porque pretende executar orçamento e acaba por fazer pagamentos no final do ano. A câmara, entretanto, tem de pagar as faturas correspondentes ao dinheiro que recebeu e, portanto, aí nota-se a redução dos valores em dívida. Contudo, ainda é preocupante haver cerca de um milhão e novecentos mil euros de dívida a fornecedores, lembrando que nem toda esta dívida está vencida e o objetivo é que isto reduza ainda mais e que a dívida a fornecedores não seja a mais de noventa dias, embora não seja o número ideal. Esta redução foi em parte suportada por candidaturas a fundos comunitários, sendo certo que aqui não está o reflexo positivo destes duzentos mil euros a mais que entraram do centro escolar da Boa Hora, uma vez que irão ser pagas faturas e reduzirá aqui. O objetivo é arranjar uma almofada financeira que permita suportar as candidaturas que se quer fazer ao próximo quadro comunitário de apoios. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto dois da ordem de trabalhos à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;** -----

----- O senhor presidente da mesa passou a palavra aos líderes municipais. -----

----- O senhor Juan Carlos Martins informou de que o grupo municipal do PSD apresenta como representante o professor Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão. -----

----- Os restantes grupos municipais não apresentaram nenhum representante. -----

----- Assim sendo, o membro da assembleia municipal submetido a votação foi o professor Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão. -----

----- Entretanto, o senhor presidente da câmara pediu permissão ao senhor presidente da mesa para esclarecer um assunto que se esqueceu de referir no ponto anterior. -----

----- Os senhores deputados não se opuseram e o senhor presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

----- O senhor presidente referiu que relativamente à defesa da costa vagueuse e falou da questão material da obra, na parte física, mas faltou falar de duas questões importantes relativamente à parte imaterial. Neste momento, encontra-se a decorrer a revisão do POOC, plano de ordenamento da orla costeira, e a câmara tem trabalhado em conjunto com a universidade, com as entidades presentes neste processo e com os concessionários e tem sido feito um trabalho de proximidade. Foram feitas algumas reivindicações, numa primeira reunião que houve com a comissão, e uma parte muito significativa delas foi aceite, isto é, foram aceitas na reunião, agora, terá de se aguardar pelo reflexo no documento. Têm sido realizadas reuniões com outras entidades, nomeadamente uma entidade que é a BASE, que é um projeto da universidade de Lisboa, e que promoveu o encontro na Gafanha da Nazaré sobre a defesa e proteção da orla costeira. Entretanto, está a trabalhar também noutros projetos, e no próximo dia 08 de março haverá mais uma sessão na ordem dos engenheiros em Aveiro, onde estará uma pessoa ligada a

um organismo holandês que trabalha precisamente nesta área de proteção da orla costeira. Esta é uma área muito importante e tem-se vindo a trabalhar muito nesta vertente imaterial de conversação com as entidades porque, de facto, a proposta inicial que foi apresentada sobre o POOC não interessava ao município de Vagos estando profundamente em desacordo. A câmara reivindicou algumas questões regulamentares mas, sobretudo, algumas questões relacionadas com a colocação no POOC de uma série de obras que visem a defesa da praia da Vagueira. Isto, porque mesmo que não haja nesta fase dinheiro para fazer essas obras se elas não constarem no POOC nunca irão ser feitas e aquilo que constava de uma primeira proposta de revisão do POOC não interessava ao município, porque maior parte das obras que lá estavam consagradas eram obras que ou já estavam executadas ou estavam para execução. O senhor presidente está convencido que o município se vai sair bem nesta questão, até pela força destes últimos tempo e por aquilo que aconteceu, e pela preocupação demonstrada pelo senhor ministro do ambiente, e tem havido interações, sobretudo com a APA, agência portuguesa do ambiente, que é quem tem a tutela sobre esta área e interage diretamente com o senhor ministro. -----

----- Retomando o ponto da ordem de trabalhos. -----

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo sido apurado o seguinte resultado: professor Luís Fernando Dias Oliveira 22 (vinte e dois) votos, senhor Fernando José Silva Vieira 1 (um) voto, 2 (dois) votos em branco e 1 (um) voto nulo. -----

----- Concluída a votação, foi eleito como representante da assembleia municipal para integrar o conselho municipal de educação o senhor deputado Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 22 de janeiro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DE SOZA – PARCELA B;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor vice-presidente da câmara municipal e referiu que este plano de pormenor engloba cerca de 36.8 hectares e trata-se do local onde está instalada a 360 STEEL, do outro lado, da saída da A17, está a PLAFESA. Este plano de pormenor foi aprovado em conferência de serviços, na CCDRC e esteve em discussão pública, não tendo havido qualquer participação. Entretanto, o senhor vice-presidente realçou dois pontos deste plano importantes à captação de investimentos: a localização, com todos os benefícios inerentes, e a modularidade das parcelas, ou seja, permite juntar parcelas, dividir e ter propriedade horizontal. A situação de juntar parcelas tem uma grande vantagem que é termos áreas grandes de lotes. Há empresas que não se vão fixar noutros locais por não terem áreas grandes e aqui em Vagos vai ser permitido no parque empresarial de Soza e, portanto, isto é uma grande vantagem do plano de pormenor pois permite a captação de investimento. Neste plano estão, ainda, previstos espaços verdes de utilização coletiva com um parque de merendas, circuito de manutenção, circulação ciclo pedonal e campos de jogos existente integrado (já existe um campo de futebol na parte norte do plano de pormenor). -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e questionou se este plano já contempla a ligação à A17. -----

----- O senhor presidente da câmara respondeu que não e referiu que se está a falar de coisas diferentes, ou seja, este plano de pormenor é o plano de pormenor da parcela B. Neste momento, a única questão que se coloca de ligação à A17 é circunscrita a uma empresa que é a Ria Blades. A Ria Blades o que pretende é ter uma ligação direta do seu estacionamento, da sua área própria, à A17. Porque as novas pás que eles vão fazer neste investimento, referido há pouco, são de cinquenta e nove metros e não permitem que estas se desloquem pelo mesmo local onde se deslocam as outras, ou seja, eles neste momento têm acesso à A17, esse acesso permite o transporte das pás que eles atualmente produzem mas não permitirá o transporte das novas pás que irão produzir. Neste momento, já existe, já é permitido à Ria Blades fazer esse acesso, houve uma autorização especial concedida à transportadora para entrar, diga-se assim, por esse sítio já construído pela Ria Blades. O que a Ria Blades pretende, ainda mais, é que essa ligação esteja devidamente assegurada e que não seja circunstancial e temporária. Esse processo precisa de uma autorização legislativa, que está na assembleia da república entregue à senhora deputada Carina Oliveira, com quem o senhor presidente já teve oportunidade de conversar. O senhor presidente já sensibilizou todos os membros do governo com quem tem tido contacto, aliás, foi um dos temas abordados na reunião com o senhor secretário de estado da administração local. Existe, neste momento, uma comissão dentro do seio do governo que é liderada pelo senhor vice-primeiro ministro, Dr. Paulo Portas, que integra várias secretarias de estado e que reúne de tempos a tempos, ou seja, funciona como uma espécie de comissão restrita do governo para resolver alguns assuntos pontuais. O senhor presidente sabe que este assunto já lá foi levado, quer pelo senhor secretário de estado da administração local quer pelo senhor secretário de estado dos negócios estrangeiros e cooperação que também esteve na Ria Blades há pouco tempo. Está-se a trabalhar em todas as vias possíveis para que esse acesso seja definitivo, e não temporário como já está, e é permitido atualmente, mas devidamente legalizado e isso implica a tal alteração legislativa. Assim sendo, aguarda-se que os senhores deputados da assembleia da república possam entender uma problemática que acaba por ser simples de resolver mas que não é fácil de explicar a um senhor que está na Alemanha e que olha para um país que está numa situação de graves dificuldades económicas e que fala todos os dias em exportar e ter a oportunidade de ter uma empresa que vai produzir um produto 100% para exportação, paga as infraestruturas, praticamente está feita, mas não tem possibilidade de o fazer porque falta uma alteração legislativa. Explicar isto a um cidadão alemão, como devem imaginar, não é fácil e obviamente tem-se contado, e a administração da Ria Blades tem contado com a câmara, e a câmara com eles, com esta colaboração de proximidade e aguarda-se que o mais rapidamente possível se possa resolver essa questão. A visita do senhor secretário de estado, só para que fique esclarecido, foi organizada entre a secretaria de estado e a empresa, portanto, a câmara municipal foi convidada, assim como outras entidades, não teve nada a ver com o envio dos convites. -----

----- Entretanto, voltou a usar da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e agradeceu o esclarecimento sobre esta matéria e quis explicar porque é que fez esta questão. Ele sabe que o que está em causa é a proposta de apreciação do plano de pormenor da parcela B do PES, mas como tem

acontecido em situações anteriores, e o senhor deputado espera que não volte a acontecer, uma vez que se vai mexer no plano, mesmo sendo só na parcela B, e dada a informação prestada agora pelo senhor presidente da câmara sobre o PES, mais precisamente sobre o investimento da Ria Blades, seria oportuno aproveitar esta elaboração do plano de pormenor da parcela B e contemplar já, se é que não está, o acesso. Portanto, vai-se mexer no plano de pormenor da parcela B que vai ter de ser encaixado no plano geral e no futuro, porque vem uma autorização legislativa, terá de mexer novamente. O senhor deputado é de opinião que se podia maximizar alguns proveitos no sentido de acautelar esta situação, caso não esteja. -----

----- O senhor presidente da câmara voltou a usar da palavra e referiu que não conhece mais nenhum caso de nenhuma empresa que tenha uma ligação direta a uma autoestrada. Obter uma ligação direta a uma autoestrada não é propriamente um processo simples. Este plano de pormenor ficará, como os senhores viram no mapa, com um plano de vias suficientemente razoável para acautelar a maior parte dos casos. Se aparecer um caso excecional, como é o caso da Ria Blades, a alteração legislativa que está a ser feita permite precisamente enquadrar estas situações, ou seja, aquilo que hoje está a ser resolvido como uma alteração legislativa para a Ria Blades pode ser aproveitado não só por qualquer empresa do PES como por qualquer empresa do país. O senhor presidente, pessoalmente, não conhece, mas tem-lhe dito, ele nunca viu, que a Auto Europa também tem uma coisa mais ou menos deste género, mas não conhece em Portugal nenhuma ligação direta de uma empresa a uma autoestrada. Daí a dificuldade, se isto fosse simples o governo já teria resolvido, contudo, a questão é um pouco complexa. A construção deste plano de pormenor permite resolver 99,9% dos casos, se houver 1% esta legislação irá beneficiar toda e qualquer empresa do país. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor Fernando Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza, e referiu que a questão é pertinente mas o senhor Mário Castelhana não se explicou muito bem. Parece, por uma análise simples que fez, que esta peça tem, realmente, uns acessos grandes, com uma rotunda lá no meio, mas depois acaba por desembocar na estrada nacional. O que parece é que falta aqui a tal ligação, porque vai-se sair na estrada estreita que se tem da rotunda ao Fontão. O senhor Fernando Vieira supõe que numa fase posterior terá de ser feito o que foi feito na parcela A que é fazer outra vez prolongar aquela avenida, portanto, se calhar não calhava mal incluir neste projeto. Há outra coisa importante, neste plano, é que mantêm-se o campo de futebol, que está em nome da junta de freguesia, e não se verifica nenhum acesso, isto é, dá a impressão que se tem de ir a Salgueiro para ali chegar. O que também deve ser, aqui, acautelado é a questão das expropriações, para não vir a acontecer o que aconteceu com a primeira fase que deu alguma confusão dando asas a muitas especulações relativamente a terrenos que andaram muito tempo para ser pagos. -----

----- O senhor presidente usou novamente da palavra para esclarecer as questões do senhor Fernando Vieira e referiu que mais tarde terá de se reponderar são cerca de cinquenta /cem metros de estrada que depois liga onde desemboca esta estrada e a rotunda da A17. Não cabia no plano, mas, obviamente, é uma matéria a ponderar. Relativamente à questão da aquisição dos terrenos, como se sabe, não é uma competência da câmara municipal e como presidente da MAIS VAGOS não pode aqui exprimir-se mas, obviamente, que compreende e partilha a preocupação do senhor presidente da junta de freguesia.

Quando há intenção de adquirir terrenos, com a maior brevidade possível, e a ideia é precisamente resolver esta questão o mais rápido possível e da melhor forma possível sem ferir as pessoas, porque também não é fácil para as pessoas desfazerem-se dos seus bens que tanto lhe custaram a conquistar. Esta é uma situação que aparentemente é simples mas ao mesmo tempo muito delicada e essa preocupação tem de ser levada em conta e, obviamente evitar a especulação e para isso o senhor presidente da câmara irá contar com a ajuda do senhor presidente da junta de freguesia para interceder junto da população. -----

----- O senhor vice-presidente da câmara usou da palavra para responder a uma das questões colocadas pelo senhor presidente da junta de freguesia e referiu que no plano há um caminho de servidão previsto e o acesso que existe é o normal e o suficiente em questão de vias. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade.** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 05 de fevereiro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE VAGOS;** -----

----- O senhor presidente de câmara pediu permissão à mesa para ser o Professor Filipe Pedro, técnico superior na área do desporto da câmara municipal a fazer a apresentação do regulamento. Entretanto, o senhor presidente fez um breve resumo daquilo que foi a intenção do pelouro do desporto quando se elaborou o regulamento. A intenção foi ter um regulamento, apesar de denso e complexo, que abra a porta a que se possam ter regras de utilização em todas as instalações desportivas municipais, nomeadamente o estádio, piscina e pavilhão, ou seja, permitir à câmara municipal ter alguma flexibilidade de tomar algum tipo de decisões relativamente a regras de funcionamento. -----

----- Autorização concedida, o professor Filipe Pedro passou à apresentação do documento. Na génese deste regulamento esteve por um lado a necessidade de regulamentar o funcionamento e a utilização da nova instalação desportiva, o estádio municipal, e por outro lado, porque se constatou que era pertinente reformular e atualizar os regulamentos existentes quer o do pavilhão desportivo quer o da piscina municipal. Entretanto, aproveitou-se também este processo para solicitar ao IPDJ a alteração do nome da piscina que na altura chamada de piscina municipal coberta e aquecida e agora passar-se-á a chamar somente piscina municipal de Vagos. Essencialmente pretende-se, com este regulamento, uniformizar normas e procedimentos em todas as instalações do complexo desportivo municipal de Vagos. O regulamento é composto por seis capítulos. No primeiro capítulo, sobre disposições gerais, é feito o enquadramento legal, definido o objeto e o seu âmbito de aplicação, ou seja, definiu-se de forma sucinta o complexo desportivo municipal. De referir que o regulamento aplicação não apenas às infraestruturas mas também, em alguns pontos, às atividades que se praticam nessas mesmas infraestruturas desportivas. Procurou-se, também, definir as finalidades, ou seja, as valências das infraestruturas desportivas, sendo que a principal valência das infraestruturas é a realização de atividades desportivas.

O regulamento prevê que sempre que seja solicitada a utilização das infraestruturas para fins não desportivos tenha sempre de ser avaliado o âmbito dessa mesma utilização e o risco envolvido. No segundo capítulo, gestão e funcionamento, definiu o município de Vagos, entidade proprietária das instalações, e a câmara municipal de Vagos como sendo a responsável pela sua gestão. A câmara prevê, ainda, mediante a celebração de protocolos, a participação de outras entidades na gestão das instalações sempre que tal se justificar e se julgar pertinente. Neste capítulo são definidas as atribuições do município na gestão corrente das instalações e criou-se um artigo para a posição do diretor técnico. Para além das funções previstas na legislação foram definidas outras atribuições para o diretor técnico das instalações que será, diga-se assim, a pessoa que irá superentender o funcionamento das instalações a todos os níveis, isto é, será a pessoa responsável. Ao nível do funcionamento o regulamento prevê a existência de uma ferramenta, um instrumento de trabalho, muito importante que é o plano anual de funcionamento que será definido e onde será previamente conhecido o horário de funcionamento das instalações naquela época bem como os dias de encerramento, estando, obviamente, prevista a sua alteração sempre que tal se justificar. O regulamento prevê, ainda, a existência de escolas e de programas municipais assegurando, a este nível, a qualidade dos serviços prestados mediante a obrigatoriedade de todos os técnicos serem portadores das habilitações legalmente exigidas. Elaborou-se uma lista, prevista no regulamento, de proibições porque da experiência que se adquiriu houve necessidade de se prever todas e mais algumas situações para depois podermos atuar e não andar sucessivamente a resolver casos omissos. No documento está, também previsto a existência de espaços não desportivos, a sua possibilidade de cedência, ou concessão, dos espaços já existentes ou de espaços que venham a ser criados. O mesmo sucede ao nível da publicidade, procurando disciplinar a questão da publicidade, tendo de previamente ser definido locais de afixação, os seus tamanhos, se está ou não previsto o pagamento de taxas ou se será isento. Ao nível da recolha de imagens e som, por defeito, será proibido por forma a preservar a intimidade dos utentes. No terceiro capítulo, utilização e cedência das instalações, sendo que a secção I se refere à utilização das instalações. Foram definidos quatro tipos de utilizadores, do complexo desportivo, e dois tipos de utilização regular que será com horários definidos que se vão manter ao longo de todo o ano e utilizações pontuais para eventos esporádicos sempre que seja solicitada a cedência de instalações. Está prevista, também a figura do utente do complexo desportivo municipal de Vagos mediante uma futura implementação de um *software* de mecanismos de controle de entrada, assiduidade de utentes e de pagamentos. Ainda nesta secção, estão definidas as condicionantes que poderão interferir com a admissão dos utentes nas instalações. Foram definidas, também, de forma bem clara a questão do seguro da responsabilidade civil que é da competência do município de Vagos nas instalações abertas ao público. O seguro de acidentes pessoais, também da responsabilidade do município, no caso de atividades promovidas e desenvolvidas pelo município e para as outras entidades na qual se fará depender a cedência de instalações do comprovativo da celebração deste mesmo seguro (por exemplo: o seguro escolar, o seguro federativo e outras entidades que solicitem as instalações). Está definida, no documento, uma lista de infrações que poderão ser cometidas e as sanções previstas, a duração das utilizações mediante os pedidos que vão chegando e a disponibilidade das instalações, e aqui remetendo

sempre para o regulamento de taxas e outras receitas do município. Por outro lado, tornou-se, também, obrigatório o enquadramento técnico permanente em todas as atividades, seja por um diretor técnico, seja por um treinador do desporto ou seja por um técnico de exercício físico. Obviamente, que a exceção é no caso dos utilizadores livres, isto é, um utente que compre um ingresso para ir à piscina numa utilização livre ele é responsável pela própria atividade que exerce e não carece de enquadramento técnico a este nível. Também, foram definidos dois casos ao nível das condições de utilização, ou seja, entendeu-se que a idade mínima para frequentar as instalações, sem o acompanhamento de um adulto, é de catorze anos, o que não invalida que não seja obrigatório uma autorização do encarregado de educação, no caso de serem menores. Ao nível dos balneários, no caso de crianças e de adultos incapacitados não sendo acompanhados por um indivíduo do mesmo género terá que ser utilizado o balneário correspondente ao género do acompanhante. Neste momento as infraestruturas não permitem ter, no caso da piscina, um balneário comum para crianças menores de seis anos e, portanto, está será a situação que causa menos transtorno. Para disciplinar o comportamento dos utentes foram criadas um conjunto de regras, salvaguardando o município, ao nível de questões como: o material, a responsabilização dos utentes, em caso de danos ou de extravios de material, roubos de bens pessoais, a inaptidão ou contra-indicações para atividade física, ou seja, os utentes serão responsáveis por esta questão, acidente decorrentes da má utilização das instalações e, também, de serem praticadas atividades físicas sem o respetivo enquadramento técnico. Foram, ainda, definidas regras de deveres e de condutas de funcionários, utentes e público, porque acima de tudo querem-se prestar serviços de qualidade, uniformizar posturas, formas de atuação, procedimentos, preservar os equipamentos e os materiais e salvaguardar o bem-estar dos demais utentes. Na secção III, ao nível das cedências das instalações: uniformizaram-se prazos e procedimentos para a cedência de instalações; definiram-se critérios e prioridades dessas mesmas cedências, e no caso dos critérios para aceitação e para a recusa de instalações, e neste caso em articulação com o programa de apoio ao associativismo, quer no caso das cedências pontuais quer no caso das cedências regulares; definiram-se, também, no caso dos cancelamentos das cedências, o que é que poderá levar a esse mesmo cancelamento. Ao nível do capítulo quarto descreveu-se a composição das instalações para o complexo desportivo e definiram-se normas específicas destas instalações que não são passíveis de incluir nos restantes capítulos deste documento. No capítulo quinto, o regime financeiro, remetendo sempre para o regulamento e tabela de taxas e outras receitas do município de Vagos: definiram-se e criaram-se critérios e procedimentos inerentes ao pagamento, nomeadamente prazos, e também os critérios para ser concedida a isenção do pagamento das devidas taxas de utilização; definiu-se a questão do atestado médico que salvo condições imprevisíveis é a única situação que pode isentar o tempo de não pagar as taxas que são devidas. Por último, o capítulo seis, referente às disposições finais e transitórias, casos omissos, reclamações. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal esclareceu os membros da assembleia que onde se lê lei nº169 e nº159 deve ler-se lei 75. -----

----- Prestados os devidos esclarecimentos, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. Entretanto, o senhor presidente da mesa

informou de que deverá ser feita a adaptação dos artigos referidos no preâmbulo aos artigos atualmente em vigor. -----

----- de referir que no momento da votação estavam ausentes da sala os senhores deputados Juan Carlos Martins e Filipe Mendonça Ramos. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO CINCO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA NOMEAÇÃO DE REVISOR EXTERNO – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que de acordo com artigo 77º da nova lei das finanças locais as autarquias, a partir de 2014, são obrigadas a ter um revisor oficial de contas. Essa é uma competência própria da assembleia municipal embora a lei diga que quem instrui a parte administrativa do processo é a câmara municipal. Este trabalho foi feito em sede de reunião de câmara, foram consultadas três entidades, embora o documento a que os senhores deputados tiveram acesso faça referência apenas a uma das entidades consultadas, ou seja, aquela que deu o melhor preço. É uma entidade conhecida, é a entidade que faz a certificação da câmara municipal de Águeda e a que fez a certificação aquando do PAEL, das faturas que foram remetidas. Portanto, é para a assembleia municipal se pronunciar e aprovar, se assim o entender, a adjudicação à PKF & Associados, SROC, Lda, pelo valor de nove mil e seiscentos euros para este ano. Fez-se para este ano, porque é a primeira vez que se faz, e para o ano, e foi uma discussão tida em sede de reunião de câmara, provavelmente ir-se-á optar por uma solução a três anos, que poderá sair mais em conta ao município mas como era a primeira vez decidiu-se assim. Além disso, também não se poderia fazer porque não havia autorização genérica da assembleia municipal, que é o ponto seguinte, para assumir compromissos plurianuais. Portanto, ter-se-ia mesmo de fazer assim ou aguardar pela realização desta sessão da assembleia, para ser aprovada a autorização genérica e só depois se poderia fazer este procedimento. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade.** -----

----- No momento da votação encontrava-se ausente da sala o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO SEIS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara municipal e referiu que fez menção na última assembleia municipal que havia uma listagem de compromissos que vinham cá por obrigação da câmara municipal na sequência da aprovação destes compromissos genéricos de acordo com a lei que foi feito durante o ano de 2013. Basicamente, trata-se do seguinte: a lei não permite fazer compromissos plurianuais que não sejam autorizados pela assembleia municipal mas permite exceções se a

assembleia municipal fizer esta autorização genérica. As exceções têm que resultar do plano plurianual de investimentos e não podem ser superiores a noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos por ano. Se os senhores deputados assim autorizarem no final do ano virão a esta assembleia todos os procedimentos que foram feitos ao abrigo desta autorização genérica para evitar estar a fazê-lo assembleia a assembleia. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e pediu que o esclarecessem se este procedimento é para compromissos plurianuais já assumidos, e de acordo com a lei nº8/12, mesmos aqueles que ainda estavam em projeto e que depois se implementaram, ou se é inclusivamente para qualquer tipo de investimento. -----

----- O senhor presidente da câmara referiu que a informação apresentada é clara e diz respeito a obras que *“resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das grandes opções do plano e os seus encargos não excedam os noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três meses; ponto dois: a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.”* Dando como exemplo, e dando um caso real, a câmara queria contratar um serviço de jardinagem e poderia fazê-lo se feito até 31 de dezembro deste ano mas se ultrapassa-se esse limite já não podia ser feito, porque teria de vir à assembleia municipal. -----

----- Seguidamente, pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que é contra a versão das próprias regras que envolvem as grandes opções do plano. Mesmo, assim, e sabendo que isto vai ser aprovado, porque isto no fundo é passar um cheque em branco ate ao valor de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos por ano, o senhor deputado não quis deixar de referir que fosse considerado no futuro uma alteração nesta autorização que pede, e o ponto três deste documento, diz *“na última sessão ordinária da assembleia municipal do corrente ano, deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização genérica que ora se propõe.”* O senhor deputado solicitou que fosse considerado no futuro que isto fosse feito em todas as assembleias municipais ordinárias, isto é, que fosse apresentada uma listagem dos compromissos já tomados pelo município até essa data, para os deputados serem informados em tempo mais próximo dessas decisões o que já foi assumido e o que não foi. -----

----- O senhor presidente da câmara referiu que não há inconveniente nenhum que assim seja, tem sido feito assim por uma questão de operacionalização dos serviços, e que para o ano se passe a apresentar a informação nas sessões ordinárias. Do ponto de vista dos serviços é muito mais lógico que seja feito no final do ano. Para que fique bem claro o que se trata é a aquisição de bens e serviços não são obras públicas que estão no plano porque essas já foram aprovadas. Se o senhor deputado não tomar a peito far-se-á isso no próximo ano, porque este ano os serviços já estão orientados noutra sentido. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra**, do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO SETE – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.** -----

----- Apresentou o ponto a senhora vereadora Sara Caladé e referiu que esta proposta tem a ver com a organização dos serviços municipais. O que esteve subjacente à elaboração desta proposta foi adequar a estrutura dos serviços aquilo que se pretende deles e ao mesmo tempo à distribuição de pelouros que foi feita. Esta estrutura, à semelhança da anterior, está hierarquizada em gabinetes, unidades orgânicas nucleares, que é só uma referente ao departamento municipal, unidades orgânicas flexíveis, que são as divisões, e unidades de 3º grau e subunidades orgânicas, geridas por um coordenador técnico. Neste documento estão indicadas as funções comuns dos diversos serviços municipais, está indicada a estrutura do departamento e as funções do departamento municipal, a quem basicamente compete, e isto em alteração ao que estava, e encaixa sobretudo os recursos humanos, a fiscalização municipal e a secção de atendimento, e estão aqui bem expressas quais é que são as funções em cada uma destas áreas. No documento está, também, previsto a criação de seis unidades orgânicas flexíveis e está-se a falar em concreto de cinco divisões e uma unidade de 3º grau, sendo que uma destas divisões não terá chefe de divisão, porque a lei não permite, portanto, ficam quatro chefes de divisão e um de 3º grau e dez subunidades orgânicas dirigidas por coordenadores técnicos. Entretanto, acrescentou-se um ponto relativamente ao recrutamento de seleção de contratação da direção intermédia de 3º grau, que é a única coisa que não está definida em legislação tudo o resto está e o artigo 9º o diz foi-se buscar ao que era aplicável para os chefes de 2º grau, portanto, para os chefes de divisão. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia e referiu que não há muita coisa a apontar visto que isto é um documento administrativo, contudo gostaria de deixar uma pequena nota: *“não se deve adequar a estrutura dos serviços à vereação, deve-se adequar a estrutura dos serviços àquilo que são as exigências do cidadão; segundo ponto, como também fundamental para além da exigência que é sociedade em ter serviços voltados para aquilo que é a sociedade, é adequar os trabalhadores às competências dos colaboradores aos serviços, às suas funções de forma a gerar uma eficiência de competências, de recursos, vamos chamar-lhe capital humano, e alguma motivação para aquilo que é o trabalho. Depois, então, os vereadores pelos serviços.”* -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que este documento parece muito positivo, pois, parece que começam a ser regulares as hierarquias dentro da câmara municipal para que não aconteça que *“chefes de divisão sejam chefes deles mesmos”*, ou outras questões, sabendo que politicamente não é muito correta mas administrativamente e muito positivo e correto. Entretanto, o senhor deputado solicitou alguns exemplos de que forma é que isto, efetivamente, vem agilizar os serviços da câmara. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana para perguntar quanto é que a câmara municipal gasta neste momento com a estrutura que tem e quanto é que vai gastar com esta proposta que aqui apresenta. -----

----- O senhor presidente da câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Respondendo à senhora deputada Carla Gouveia, *“adequar os serviços aos cidadãos e adequar a estrutura aos trabalhadores”*, esse é precisamente o objetivo do executivo e, também é importante para a câmara municipal, e para o funcionamento, para ir ao encontro da vontade dos cidadãos e das competências de todos os trabalhadores, e foi essa a intenção, assumir e tirar partido das mais-valias técnicas de cada um dos vereadores que está em funções executivas. O objetivo, depois desse trabalho, é de facto adequar os serviços e proporcionar aos cidadãos um melhor atendimento. Os trabalhadores devem ser o melhor aproveitados possível, sendo que todos os trabalhadores da administração pública, local ou nacional, andam insatisfeitos com os dias que correm, porque trabalham mais horas e ganham menos dinheiro e por este motivo andam desmotivados. Apesar disso, ainda hoje, quer na apresentação do regulamento quer na elaboração do plano de pormenor, onde muitas vezes é colocada em causa a competência técnica dos serviços da câmara municipal, foi possível verificar a eficiência e profissionalismo dos funcionários do município, e o plano de pormenor foi aprovado em tempo recorde. É claro que com algumas interações políticas, necessárias sempre nestes processos, mas de facto os funcionários e colaboradores da câmara municipal empenharam-se de forma exemplar nestes dois processos aqui discutidos e aprovados hoje. Relativamente às notas do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos referiu que na estrutura anterior, e aproveitando para responder ao senhor deputado Mário Castelhana, não havia nenhum chefe de divisão chefe dele próprio. A câmara municipal foi forçada, mesmo no mandato anterior, a fazer em reorganização da estrutura orgânica, uma reforma do governo com a qual o senhor presidente concorda. Apesar de criar algumas dificuldades, porque depois tem de se assegurar a avaliação de desempenho, a gestão da equipas e tudo isso é um trabalho difícil e complexo e tem de ter, de facto a colaboração de quem lidera as divisões. Em termos de orçamento essa estrutura de custos não altera com esta estrutura orgânica, porque a anterior tinha o número máximo permitido por lei de chefias e esta continua a respeitar essa medida. O que poderá aumentar a estrutura de custos, e será feita em sede de câmara municipal, poderá ser o facto de ter de ser feito um despacho de nomeação provisória para estas divisões que irão ser criadas e depois a autarquia é forçada a abrir concurso. Se nesse concurso ganhar uma pessoa que concorre fora da estrutura da câmara municipal essa pessoa terá de ser albergada mais o atual chefe de divisão, mas isso decorre da lei e não há nada que se possa fazer. -----

----- Entretanto, voltou a usar da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que esta proposta, aqui apresentada, mais parece uma meia proposta. O documento que foi enviado contempla, exclusivamente, as funções de uma determinada área que neste momento ficou alocada num departamento, num único e exclusivo departamento, que a estrutura apresenta. O senhor deputado deixou algumas considerações referindo que *“nós, até para testar a tal eficácia, aqueles princípios todos que a lei prevê, referidos no artigo nº1, para fazer jus àquilo que é definido no artigo nº1, não basta só lá ter as palavras bonitas: eficácia, eficiência, qualidade. Vamos, portanto reformar os serviços, vamos*

fazer burocratizar e depois na prática não se consegue ver, efetivamente, esses objetivos, esses itens aplicados. E porquê? E agora passo a fazer aqui uma abordagem ligeira à estrutura que nos apresentaram. Normalmente as estruturas têm sempre, tal e qual como esta, duas linhas, duas atividades, uma delas a chamada atividade de linha que nos indica a unidade de comando, a cadeia de comando, a cadeia de valor, etc., e uma outra que nos revela precisamente uma linha de staff que é aquela onde vocês apresentam os gabinetes. A par disso nós não temos aqui mesmo que quiséssemos ver se as funções estão todas elas distribuídas pelas unidade flexíveis, orgânicas, não flexíveis, subunidades, as divisões, etc., nós não conseguimos ver se haverá ou não trabalho e funções em duplicado, ou se inclusivamente, haverá funções que não estão por exclusivamente alocadas em parte nenhuma. Este é o grande problema que se coloca efetivamente na elaboração de uma estrutura que é uma ferramenta elementar e agora permita-me senhora vereadora que faça aqui uma observação: o organograma é uma ferramenta que nas organizações não se pode dispensar, aliás, é obrigatória a afixação e, portanto, dizer que não deveria ter mandado isso, eu acho que a senhora vereadora fez muito bem em nos fazer chegar o organograma, tenho uma opinião diferente, porque nos permite de certo modo avaliar minimamente como é que os serviços da câmara vão dar resposta, precisamente, à missão. Vocês, a câmara, têm uma missão a cumprir e esta é precisamente a organização dos serviços que os senhores propõem para dar resposta precisamente a isso. Portanto, esta uma opção vossa e devo dizer que tenho muito dificuldade em votar isto, porque, efetivamente, duvido da tal eficácia, duvido da tal eficiência, duvido mais inclusivamente das funções e tarefas que serão da amplitude administrativa, do caso da autoridade, responsabilidade e delegação, como é que ela vai ser feita, e se ela efetivamente mantêm ou não mantêm essa linha de comando. Portanto, tudo isso é que é de nos avaliarmos para ver se efetivamente os serviços estão, ou não estão, minimamente organizados, e, já agora, porque também, se fala aqui em avaliação e desempenho, eu acho que, acho não, eu tenho a certeza, que se os serviços não estiverem minimamente organizados os senhores não vão conseguir fazer avaliação nenhuma de desempenho, com rigor, com transparência e sobretudo com justiça. Esta avaliação de desempenho que se fala há muito tempo já na administração pública é uma avaliação de desempenho mas que é precisa evidência, não é pelos olhos bonitos que as pessoas têm, não é pela cor da camisola, é pelo trabalho que ela desenvolve é pelos resultados que elas produzem ou mostram, precisamente, à sua chefia. E isso é que é fundamental. Não tendo isto organizado, paciência, mas estamos novamente numa estrutura toda ela burocratizada e com dificuldade de avaliação relativamente à sua eficácia e eficiência. Isto transformado em outra linguagem são os custos que resultam da não organização que vão depois deixar-nos a nós, efetivamente, numa posição onde todos nós que pagamos, direta ou indiretamente, sem bons resultados e aqueles resultados que por vezes que nós nos propomos alcançar e não duvido que a vossa intenção, que é de efetivamente fazer o melhor, mas neste caso aqui permita-me que realce uma coisa: no que nos mandou, e se lerem o documento, há aqui muita gente que não tem nada que fazer, mais de 75% da estrutura. As únicas pessoas que se vêem que têm trabalho é o pessoal que está, efetivamente, no departamento, o resto, desculpe, mas eu não consigo ver". -----

----- O senhor presidente usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente à intervenção do senhor deputado Mário Castelhana. Assim sendo, referiu que as dúvidas do senhor deputado são legítimas, agora, o que a senhora vereadora quis dizer é que o que se está aqui para aprovar é a estrutura macro, que tem competência para aprovar a estrutura micro, por isso é que o senhor só vê as competências setor a setor, porque esta é a estrutura macro. Na reunião de câmara municipal foi dado a conhecer aos senhores vereadores, por uma questão de transparência, o documento que já estava preparado. Este documento que foi enviado já nem sequer é o documento que é hoje, houve uma ligeira alteração, mas não é o documento original. Não é este organograma que está hoje, aqui, a votação, para que fique claro, o que está aqui a votação é a estrutura macro. A estrutura micro será discutida em sede de câmara municipal, já foi feita uma primeira abordagem na reunião onde se discutiu a estrutura macro mas irá ser discutida com mais profundidade na reunião de câmara municipal em que seja levado este tema. Em relação à avaliação de desempenho o que disse é verdade, o senhor presidente concorda, só que no momento em que a avaliação de desempenho não significa aos trabalhadores qualquer espécie de compensação financeira não há avaliação de desempenho que resista. A câmara pode fazer um trabalho o mais sério possível, o trabalhador vê reconhecido o seu desempenho, chega ao fim do dia ou do ano e não se vê recompensado, porque, hoje em dia, como se sabe, estão congelas as progressões e em consequência não há mais dinheiro no final do mês, quer a pessoa tenha um bom desempenho quer a pessoa tenha um mau desempenho. Portanto, a avaliação de desempenho resultará no dia em que isso significar mais dinheiro no recibo de vencimento, o resto são teorias. -----

----- Seguidamente, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra**, do senhor deputado Mário Castelhana, que solicitou considerarem a sua intervenção como declaração de voto, **e duas abstenções**, dos senhores deputados César Grave e Fernando Vieira. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO OITO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS. –**

----- Apresentou o ponto o senhor vice-presidente da câmara municipal e explicou que isto tem a ver com a correção da área do lote 121, que é lote que fica frente ao restaurante Ibérico, contíguo com a estação elevatória da SIMRIA, na zona industrial de Vagos. Tem a ver com a área de implantação da estação elevatória que resultou de uma alteração de legislação aos afastamentos de reservatórios de ar. Acontece que ao ser necessário haver esta alteração, ou seja, aumentar a implantação fez com que o lote 121 ficasse com menos área e por essa razão tem de ser corrigido, porque de outro modo não pode ser utilizado. Foi utilizada esta alteração por adaptação, ou seja, por adaptação a uma legislação que surgiu, devido aos reservatórios, para colocar o lote com a área devida, caso contrário não pode ser utilizado para nenhum efeito. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos para colocar uma dúvida. A câmara cedeu a área, mas cedeu como? Deu ou Vendeu? Porque, tudo bem que haja uma obrigação legal desta alteração mas, neste, caso a câmara não presta nenhuma vassalagem, e esta entidade deveria ter comprado o terreno e não ser cedido pela câmara. -----

----- O senhor presidente da câmara municipal usou da palavra para esclarecer o senhor deputado que o terreno em causa foi cedido a título oneroso à SIMRIA. Esse ressarcir financeiro ocorreu aquando do acordo de pagamento. Havia uma dívida da câmara municipal à SIMRIA, entretanto foi feito, no mandato anterior, um acordo com a transferência de alguns equipamentos, nomeadamente, a ETAR de Salgueiro, a ETAR da estação elevatória de Ouca, a estação elevatória de Santa Catarina, e onde foi incluído e valorizado quer esta estação elevatória quer a conduta, que não foi ao preço que se queria inicialmente. Resultante de tudo isto foi feito o tal acordo de pagamento para que quer esta estação elevatória quer a conduta que ligava a zona industrial à atinga ETAR da Vagueira fossem pagas à câmara municipal. -----

----- Voltou a usar da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que, segundo percebeu, esta área de terreno foi cedida agora, é muito recente. -----

----- O senhor presidente esclareceu que não há nenhum espaço cedido, o que há é um acerto de áreas. -----

----- O senhor deputado Filipe Mendonça Ramos insistiu que há uma cedência de área por parte do município. -----

----- O senhor presidente referiu que sim mas a valorização desse acordo foi pelo espaço real e não pelo espaço que estava no plano. O que aconteceu foi que foi feito um aumento da ETAR, naquele espaço por alterações legislativas, em 2008, e depois não foi feito o acerto na planta do plano. Portanto, neste momento, e porque felizmente existe um interessado no lote que quer adquirir os metros quadrados reais e não os que estão no plano que não correspondiam à realidade. Até porque para futuro projeto de implantação é necessário que o lote tenha no desenho a área real. -----

----- Entretanto, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção**, do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

----- Não havendo público para intervir, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** \_\_\_\_\_